

Terminal de
Combustíveis
Paulínia S.A.

**Demonstrações financeiras referente ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balancos patrimoniais | 5 |
| Demonstrações de resultados | 6 |
| Demonstrações de resultados abrangentes | 7 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 8 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 9 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 10 |



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores do
Terminal de Combustíveis Paulínia S.A.
Paulínia - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Terminal de Combustíveis Paulínia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Terminal de Combustíveis Paulínia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de prestação de serviço da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

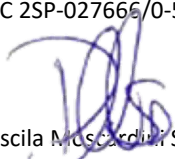
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/0-5 F SP



Priscila Mascardini Soares Diniz
Contador CRC 1SP289386/O-0

Terminal de Combustíveis Paulínia S.A.
Balço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

| | <u>Nota</u> | <u>2024</u> | <u>2023</u> | | <u>Nota</u> | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|--|-------------|----------------|----------------|--|-------------|----------------|----------------|
| Ativos | | | | Passivos | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 6.709 | 4.391 | Fornecedores | 11 | 1.254 | 1.284 |
| Contas a receber de clientes | 8 | 6.772 | 7.658 | Empréstimos e financiamentos | 12 | 7.674 | 12.613 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | 66 | 37 | Obrigações Sociais e Trabalhistas | | 2.300 | 1.478 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 117 | 129 | Impostos e Contribuições a recolher | 14 | 1.066 | 1.530 |
| Outras contas a receber | | 786 | 630 | Dividendos a pagar | 18 | 2.054 | 2.752 |
| Total do ativo circulante | | 14.450 | 12.845 | Outras contas a pagar | 16 | 1.746 | 2.334 |
| | | | | Adiantamento de clientes | 15 | 250 | 21.732 |
| | | | | Repasse de clientes | 17 | 5.522 | 14.585 |
| | | | | Total do passivo circulante | | 21.866 | 58.308 |
| Ativo fiscal diferido | 9 | 566 | 416 | Empréstimos e financiamentos | 12 | 31.477 | 24.008 |
| Total do realizável a longo prazo | | 566 | 416 | Total do passivo não circulante | | 31.477 | 24.008 |
| | | | | | | | |
| Imobilizado | 10 | 155.550 | 177.366 | Patrimônio líquido | | | |
| Total do ativo não circulante | | 156.116 | 177.782 | Capital social | 19 | 72.641 | 72.641 |
| | | | | Reserva de capital | | 21.792 | 21.792 |
| | | | | Reserva legal | | 851 | 851 |
| | | | | Reserva especial | | 2.752 | - |
| | | | | Reserva de lucro | | 19.187 | 13.027 |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 117.223 | 108.311 |
| Total do ativo | | 170.566 | 190.627 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 170.566 | 190.627 |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Terminal de Combustíveis Paulínia S.A.
Demonstrações do resultado
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

| | <u>Nota</u> | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|---|-------------|----------------|----------------|
| | | (12 meses) | (9 meses) |
| Receita de prestação de serviço | 20 | 60.281 | 48.749 |
| Custo da prestação de serviço | 21 | (30.982) | (22.018) |
| Lucro Bruto | | 29.299 | 26.730 |
| Despesas administrativas | 22 | (12.838) | (6.819) |
| Outras despesas/receitas | 23 | 678 | 196 |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas | | 17.139 | 20.108 |
| Receitas financeiras | 24 | 884 | 927 |
| Despesas financeiras | 24 | (5.334) | (4.480) |
| Resultado Financeiro Líquido | 24 | (4.450) | (3.553) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 12.689 | 16.554 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 9.b | (4.625) | (5.450) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 9.b | 150 | (96) |
| Lucro líquido do exercício | | 8.214 | 11.008 |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Terminal de Combustíveis Paulínia S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|---|---------------------|----------------------|
| | (12 meses) | (9 meses) |
| Lucro líquido do exercício | 8.214 | 11.008 |
| Outros ajustes | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>8.214</u> | <u>11.008</u> |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Terminal de Combustíveis Paulínia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

| | <u>Capital social</u> | <u>Reserva de capital</u> | <u>Reserva legal</u> | <u>Reserva de lucro</u> | <u>Reserva especial</u> | <u>Lucros acumulados</u> | <u>Dividendo adicional proposto</u> | <u>Total</u> |
|---------------------------------------|-----------------------|---------------------------|----------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|-------------------------------------|----------------|
| Em 31 de março de 2023 | 72.641 | 21.792 | 851 | 4.771 | - | - | 9.872 | 109.927 |
| Dividendos distribuído | - | - | - | - | - | - | (9.872) | (9.872) |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | - | 11.008 | - | 11.008 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) | - | - | - | - | - | (2.752) | - | (2.752) |
| Reserva de lucros | - | - | - | 8.256 | - | (8.256) | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 72.641 | 21.792 | 851 | 13.027 | - | - | - | 108.311 |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | - | 8.214 | - | 8.214 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | | |
| Reserva especial | - | - | - | - | 2.752 | - | - | 2.752 |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) | - | - | - | - | - | (2.054) | - | (2.054) |
| Reserva de lucros | - | - | - | 6.160 | - | (6.160) | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 72.641 | 21.792 | 851 | 19.187 | 2.752 | - | - | 117.223 |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Terminal de Combustíveis Paulínia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|-------------------|-------------------|
| | (12 meses) | (9 meses) |
| Lucro líquido do exercício | 8.214 | 11.008 |
| Ajustado por: | | |
| Depreciação e amortização | 6.219 | 4.375 |
| Impostos diferidos | (150) | 96 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 4.625 | 5.450 |
| Valor líquido das baixas de ativo permanente | - | 79 |
| Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos | 5.334 | 4.863 |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| Contas a receber | 886 | (3.932) |
| Adiantamento de clientes | 250 | - |
| Impostos e contribuições a recuperar | (29) | 521 |
| Outras contas a receber | (156) | (162) |
| Fornecedores | (30) | (2.025) |
| Adiantamento de fornecedores | 12 | (70) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 822 | (877) |
| Impostos e contribuições a recolher | 162 | (391) |
| Outras contas a pagar | (588) | 986 |
| Repasse de clientes | (9.063) | 2.618 |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | 16.508 | 22.539 |
| Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos | (5.643) | (5.394) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (5.250) | (4.215) |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 5.615 | 12.930 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aplicação de recursos em imobilizado e intangível | (8.157) | (7.510) |
| Valor recebido de baixa de ativo | 2.021 | - |
| Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos | (6.136) | (7.510) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 15.000 | - |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos | (12.161) | (8.015) |
| Pagamento de dividendos | - | (13.163) |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das / (utilizado nas) atividades de financiamentos | 2.839 | (21.178) |
| Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa | 2.318 | (15.758) |
| Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa | | |
| No final do exercício | 6.709 | 4.391 |
| No início do exercício | 4.391 | 20.149 |
| Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | 2.318 | (15.758) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Terminal de Combustíveis Paulínia S.A. (“Companhia” ou “Opla Logística”), constituído em 09 de junho de 2017, é uma sociedade anônima de capital fechado, cuja principal atividade é o armazenamento de produtos e mercadorias em geral, com destaque para o etanol, na cidade de Paulínia.

A Opla Logística é uma joint venture entre a BP e a Ultracargo Logística. A empresa detém o maior terminal independente de etanol do Brasil e possui infraestrutura também para operação de Diesel, Biodiesel e Querosene de Aviação.

Com operações multimodais e uma ampla variedade de produtos e conexões, a Opla Logística oferece soluções integradas de armazenagem e logística de combustíveis, garantindo os mais altos padrões de segurança. A empresa utiliza os modais ferroviário, dutoviário e rodoviário para atender aos principais grupos produtores de etanol do Brasil, comercializadoras, distribuidoras de combustíveis e partes relacionadas.

Em 2023, visando praticar um exercício social compatível com o praticado pelo mercado e de seus acionistas, a Companhia fez a alteração do exercício social para ter início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano (1º de abril e encerramento em 31 de março de cada ano), diante disso, os resultados apresentados nestas demonstrações financeiras se referem ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 (12 meses) sendo comparados com o período anterior 1º de abril de 2023 a 31 de dezembro de 2023 (9 meses).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos, sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 5.c.iv** - Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 13** - Instrumentos financeiros.

d. Mensuração do Valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Para este exercício social não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 46 (item 93.g.).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

- (a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26).

Essa alteração não impacta a Companhia, pois não há contratos com cláusulas de *Convenants*.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos quando designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

5 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente ao exercício apresentado nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário.

Abaixo apresentamos um índice das políticas contábeis materiais, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- (A) Receita de prestação de serviço
- (B) Imposto de renda e contribuição social
- (C) Imobilizado
- (D) Instrumentos financeiros compostos
- (E) Capital social
- (F) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)
- (G) Provisões
- (H) Fluxo de caixa
- (I) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (J) Repasse de clientes

a. Receita de prestação de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término do período de armazenamento e pela locação de imóvel, sendo a atividade principal da Companhia o armazenamento de combustível.

Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas

As faturas para os serviços de armazenagem são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em 30 dias.

Política de reconhecimento da receita

A receita é reconhecida quando os produtos armazenados em seus tanques são despachadas para seu cliente.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Além disso, pode-se efetuar a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

A Companhia avaliou que o imposto mínimo complementar global - que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois - é um imposto de renda no escopo do CPC 32, não é aplicado no contexto de suas operações.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios no momento da transação E não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou tributável e não dá origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo do imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias de operação, desmontagem e restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a

Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro e o custo de manutenção são contabilizados no resultado do exercício conforme incorrido.

(iii) Custos de empréstimos elegíveis à capitalização

Os custos de empréstimos que são atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são aqueles que seriam evitados se os gastos com o ativo qualificável não tivessem sido feitos. Quando a entidade toma emprestados recursos especificamente com o propósito de obter um ativo qualificável particular, os custos do empréstimo que são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável podem ser prontamente identificados.

(iv) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é reconhecida no resultado utilizando-se o método linear em relação às vidas úteis estimadas.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

As taxas médias anuais ponderadas estimadas individuais e consolidadas para o exercício corrente são as seguintes:

| | Dez/2024 e Dez/2023 |
|--|----------------------------|
| Construções e Benfeitorias | 2,08% |
| Máquinas e equipamentos | 2,86% |
| Equipamentos de processamento de dados | 19,52% |
| Móveis e utensílios | 6,95% |
| Veículos | 8,50% |

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Entretanto, se a Companhia tiver um direito incondicional a um valor que difere do preço da transação (por exemplo, devido à política de reembolso do Grupo), o recebível comercial será inicialmente mensurado pelo valor desse direito incondicional.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou a valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo por meio do resultado (VJR) do investimento em outros resultados abrangentes (VJORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por

exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

Desreconhecimento de um passivo financeiro

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

e. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme proposta da Administração e deliberação em AGO, são reconhecidos como passivo até a efetivação do pagamento.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (“caixa e equivalentes de caixa” e “contas a receber”); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros

(ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido, que é determinado com base nos custos incrementais necessários para cumprir a obrigação prevista no contrato. Antes de a provisão ser constituída, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

h. Fluxo de caixa

Conforme diretrizes estabelecidas dentro a Administração da Companhia compreende que o caixa mínimo a ser mantido, a qualquer momento, seja suficiente para honrar os compromissos de no mínimo 2 meses subsequentes, considerando recorrência e constância: despesas operacionais ou não, e custos de toda ordem, incluindo juros devidos de empréstimos.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: Receita de juros e Despesa de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: valor contábil bruto do ativo financeiro; ou ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto

j. Repasse de clientes

Constitui obrigação decorre das operações de depósito das mercadorias no qual a Companhia atua como sujeito passivo por responsabilidade tributária do ICMS.

No contexto do ICMS, os armazéns gerais localizados no Estado de São Paulo possuem sujeição passiva por responsabilidade tributária, portanto, na condição de responsáveis pelo pagamento do imposto devido: i) na saída de mercadoria depositada por contribuinte de outro Estado; ii) na transmissão de propriedade de mercadoria depositada por contribuinte de outro Estado; iii) solidariamente, no recebimento ou na saída de mercadoria sem documentação fiscal. Diante disso, o artigo 19 do RICMS/SP, determina a obrigatoriedade dos armazéns gerais se inscreverem no Cadastro de Contribuintes do ICMS (Cadesp), antes do início de suas atividades, bem como emitirem documentos fiscais e escriturar livros fiscais e contábeis normalmente exigidos.

Dessa forma, a Companhia realiza as apurações de ICMS no contexto de suas operações e realiza a apuração extra-fiscal por depositante, resultando no reembolso desse recolhimento pelos clientes.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

7 Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na Nota explicativa nº 5 (d) (i)-(iii) e (f).

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Banco - conta movimento | 1.300 | 398 |
| Aplicações financeiras | 5.409 | 3.993 |
| Total | 6.709 | 4.391 |

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados na média por 103,5% da variação de Certificado de Depósito Interbancário (CDI) - (102,49% em 31 de dezembro de 2023), possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 13.

8 Contas a receber de clientes

Veja política contábil na Nota explicativa nº 5 (d) (i)-(iii) e (f).

| | Nota | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|----------------------------------|------|-------------------|-------------------|
| Contas a receber mercado interno | | 4.643 | 7.658 |
| Partes relacionadas | 18 | 2.129 | - |
| Total | | 6.772 | 7.658 |

Considerando o histórico da empresa, não foram calculadas perdas esperadas de crédito. A análise do vencimento das contas a receber a clientes é como segue:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| A vencer entre 1 a 30 dias | 5.324 | 6.785 |
| Vencidas: | | |
| Vencidos entre 1 a 30 dias | 1.448 | 421 |
| Vencidos entre 31 a 60 dias | - | 186 |
| Vencidos entre 61 a 90 dias | - | 150 |
| Vencidos entre 91 a 120 dias | - | 115 |

O montante de vencidos entre 1 a 30 dias foram devidamente recebidos em 07 de janeiro de 2025.

9 Ativo fiscal diferido

Veja política contábil na Nota explicativa nº 5 (b).

Impostos diferidos de ativos foram atribuídos da seguinte forma:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Provisão participação nos lucros | 566 | 416 |
| Total | 566 | 416 |

Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos, uma vez que a administração analisou suas estimativas de resultados futuros e considerou provável que os lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo ser utilizados contratais despesas.

a. Movimentação dos saldos ativos fiscais diferidos

| | 31/12/2024 | Reconhecidos no resultado | 31/12/2023 | Reconhecidos no resultado |
|----------------------------------|-------------------|--------------------------------------|-------------------|--------------------------------------|
| Provisão participação nos lucros | 1.665 | 440 | 1.225 | (283) |
| Porcentagem | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Imposto diferido líquido | 566 | 150 | 416 | (96) |

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido foram gerados fundamentalmente em decorrência dos resultados apurado pela Companhia.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|-------------------|-------------------|
| | (12 meses) | (9 meses) |
| Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social | 12.689 | 16.554 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social: | | |
| Pela alíquota fiscal combinada | (4.314) | (5.628) |
| Adições Permanentes: | | |
| Remuneração variável | (314) | - |
| Diferença adicional IRPJ - 10% | 24 | 18 |
| Outras | (26) | (15) |
| Exclusões Permanentes: | | |
| Deduções do IRPJ – PAT | 155 | 78 |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício | (4.475) | (5.547) |

Terminal de Combustíveis Paulínia S.A
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2024

| | | |
|--|----------------|----------------|
| Alíquota efetiva | <u>35%</u> | <u>33%</u> |
| Impostos correntes | (4.625) | (5.450) |
| Impostos diferidos | <u>150</u> | <u>(96)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício | <u>(4.475)</u> | <u>(5.547)</u> |

10 Imobilizado

Veja política contábil na Nota explicativa nº 5 (c).

| | <u>Terrenos</u> | <u>Construções e Benfeitorias</u> | <u>Máquinas e equipamentos</u> | <u>Equip. proc. dados</u> | <u>Móveis e utensílios</u> | <u>Veículos</u> | <u>Bens em Construção</u> | <u>Total</u> |
|--|-----------------|---------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|-----------------|-------------------------------|----------------|
| Custo ou custo atribuído | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 10.094 | 89.027 | 103.520 | 503 | 333 | 263 | 6.992 | 210.733 |
| Adições | - | - | 329 | 29 | 9 | - | 7.790 | 8.157 |
| Baixas (a) | - | (21.732) | - | - | - | - | (2.021) | (23.753) |
| Transferências | - | (12.506) | 24.141 | 41 | 63 | - | (11.739) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 10.094 | 54.789 | 127.990 | 573 | 405 | 263 | 1.022 | 195.136 |
| Depreciações | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | - | (5.857) | (27.096) | (265) | (87) | (63) | - | (33.367) |
| Depreciações do período | - | (1.110) | (4.953) | (72) | (35) | (49) | - | (6.219) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | - | (6.967) | (32.048) | (337) | (122) | (112) | - | (39.586) |
| Valor Contábil | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 10.094 | 83.170 | 76.424 | 238 | 246 | 200 | 6.992 | 177.366 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 10.094 | 47.822 | 95.941 | 236 | 283 | 151 | 1.022 | 155.550 |

(a) Baixas

As operações referem-se as baixas de bens adquiridos com recursos provenientes de terceiros. O item Construções e Benfeitorias (R\$ 21.732) foi recebido inicialmente por meio de Adiantamento de clientes durante os anos de 2021 e 2022, após a finalização da construção do ativo foi realizada a transferência do bens para a AirBP nos termos do contrato. Já as baixas do item Bens em Construção ocorreu por meio de valores recebidos pela controladora Ultracargo referente aos investimentos realizados para projeto executivo para a ampliação ferroviária e que foram revertidos para a Ultracargo.

Revisão da vida útil

A Companhia revisou em 31 de dezembro de 2024 a vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado atual está evidenciada na Nota Explicativa nº 5.c.iv .

Valor recuperável do ativo imobilizado

A Companhia avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a Companhia não identificou indicadores de desvalorização dos ativos.

11 Fornecedores

Veja política contábil na Nota explicativa nº 5 (d) (iii).

| | Nota | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------------------|------|--------------|--------------|
| Fornecedores no mercado interno | | 994 | 1.284 |
| Partes relacionadas | 18 | 260 | - |
| Total | | 1.254 | 1.284 |

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº13.

12 Empréstimos e financiamentos

Veja política contábil na Nota explicativa nº 5 (d) (i) (ii) e (iii) e 5 (I)

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 13.

| Modalidade | Moeda | Indexador | Taxa média anual de juros | Ano de vencimento | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|----------------------------------|-------|------------------|---------------------------|-------------------|---------------|---------------|
| CCB - Cédula de Crédito Bancário | R\$ | Pré-fixado / CDI | 13,15% | 2025 | 7.674 | 12.613 |
| CCB - Cédula de Crédito Bancário | R\$ | Pré-fixado / CDI | 13,15% | 2026 a 2029 | 31.477 | 24.008 |
| Total | | | | | 39.151 | 36.621 |
| Circulante | | | | | 7.674 | 12.613 |
| Não circulante | | | | | 31.477 | 24.008 |

Vencimentos do principal e juros dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024

| | 31/12/2024 |
|-----------------------|---------------|
| Até 6 meses | 3.106 |
| Entre 6 meses e 1 ano | 4.568 |
| Entre 1 ano e 2 anos | 9.132 |
| Entre 2 anos e 5 anos | 22.345 |
| Total | 39.151 |

A Companhia não possui cláusulas restritivas (*Covenants* financeiros) em seus contratos de empréstimos e financiamentos vigentes.

Garantias

Garantias são fornecidas na contratação de linhas de financiamentos bancários necessários para manter o equilíbrio de caixa.

As garantias e modalidade de Financiamentos são as seguintes:

| Modalidade de financiamento | Garantia | Vencimento | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------------------|---|-------------|---------------|---------------|
| CCB (R\$) | Cessão Fiduciária dos contratos de recebíveis | 2025 a 2029 | 39.151 | 36.621 |
| | | | <u>39.151</u> | <u>36.621</u> |

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes da atividade de financiamento:

| | <u>Passivo</u> |
|--|-------------------------------------|
| | <u>Empréstimos e financiamentos</u> |
| Em 31 de março 2023 | 45.166 |
| Pagamentos de empréstimos e Financiamentos | (8.016) |
| Apropriação de juros | 4.863 |
| Juros pagos sobre empréstimos e Financiamentos | (5.392) |
| Em 31 de dezembro 2023 | <u>36.621</u> |
| Captação | 15.000 |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos | (12.161) |
| Apropriação de juros | 5.334 |
| Juros pagos sobre empréstimos e Financiamentos | (5.643) |
| Em 31 de dezembro 2024 | <u>39.151</u> |

13 Instrumentos financeiros

Veja política contábil na Nota explicativa nº 5 (d)

a. Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

| | | <u>Valor contábil</u> | | <u>Valor justo</u> | |
|--|------------------|-----------------------|------------|--------------------|------------|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Ativos financeiros mensurados ao valor justo | | | | Nível 2 | Nível 2 |
| Aplicações financeiras | Valor justo | 5.409 | 3.993 | 5.409 | 3.565 |
| Ativos financeiros não mensurados ao valor justo | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras | Custo amortizado | 1.300 | 398 | - | - |
| Contas a receber | Custo amortizado | 6.772 | 7.658 | - | - |
| Outras contas a receber | Custo amortizado | 786 | 630 | - | - |
| Passivos financeiros não mensurados ao valor justo | | | | | |
| Dividendos | Custo amortizado | 2.041 | 2.752 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | Custo amortizado | 39.151 | 36.621 | 39.151 | 36.621 |
| Fornecedores | Custo amortizado | 1.254 | 1.284 | - | - |
| Outras contas a pagar | Custo amortizado | 1.746 | 2.334 | - | - |
| Repasse de clientes | Custo amortizado | 5.522 | 14.585 | - | - |

A tabela acima fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 2 com base no grau observável do valor justo. As descrições das hierarquias estão demonstradas na Nota Explicativa nº 2 d.

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

b. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional.

Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: todos os riscos classificados como “prioritários” são identificados, analisados e monitorados; limites de uso de capital são aprovados pela Diretoria; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

| | Nota | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------------|-------------|-------------------|-------------------|
| Banco – Conta movimento | 7 | 1.300 | 398 |
| Aplicações financeiras | 7 | 5.409 | 3.993 |
| Contas a receber de clientes | 8 | 6.772 | 7.658 |

As operações de aplicações financeiras seguem regras estabelecidas na política financeira, de concentração máxima e *rating* mínimo de instituição financeira (de primeira linha classificadas como AAA).

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Terminal de Combustível de Paulínia S.A
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2024

| | Valor contratual | Valor contábil | 6 meses | Entre 6 meses e 1 ano | Entre 1 ano e 2 anos | Entre 2 anos e 5 anos | Mais que 5 anos |
|--------------------------------|---------------------|-------------------|------------|--------------------------|-------------------------|--------------------------|--------------------|
| Em dezembro 2024 | | | | | | | |
| Fornecedores | 1.254 | 1.254 | 1.254 | - | - | - | - |
| Empréstimos e financiamento | 39.151 | 39.151 | 3.107 | 4.568 | 9.132 | 22.344 | - |
| Dividendos a pagar | 2.041 | 2.041 | 2.041 | - | - | - | - |
| Repasse de clientes | 5.522 | 5.522 | 5.522 | - | - | - | - |
| Outras contas a pagar | 1.746 | 1.746 | 1.746 | - | - | - | - |
| Em dezembro 2023 | | | | | | | |
| Fornecedores | 1.284 | 1.284 | 1.284 | - | - | - | - |
| Empréstimos e financiamento | 36.621 | 36.621 | 3.430 | 9.183 | 5.283 | 15.600 | 3.125 |
| Dividendos a pagar | 2.752 | 2.752 | 2.752 | - | - | - | - |
| Repasse de clientes | 14.585 | 14.585 | 14.585 | - | - | - | - |
| Outras contas a pagar | 2.334 | 2.334 | 2.334 | - | - | - | - |

A Administração assegura que a Companhia disporá de recursos suficientes para honrar suas obrigações de curto prazo e conforme Nota explicativa nº 5 (h) possui diretrizes de caixa mínimo para assegurar qualquer desembolso necessário.

Instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Instrumentos de taxa variável

A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados as taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

| | Risco | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|--------------|-------------------|-------------------|
| Instrumentos de taxa variável Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa) | CDI | 5.409 | 3.993 |
| Instrumentos de taxa variável Empréstimos e financiamentos | CDI | 39.151 | 36.621 |

Análise de sensibilidade

A Companhia possui R\$ 5.409 de aplicações financeiras e R\$ 39.151 de empréstimos e financiamentos a CDI. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI, sendo o cenário provável 9% superior à taxa média de juros efetivos em 2025. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do exercício e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

| | Exposição 31/12/2024 | Risco | Cenários | | | |
|---|-------------------------|-------------|----------|----------|--------------------------|--------------------------|
| | | | Provável | | Redução do Índice em 25% | Redução do Índice em 50% |
| | | | % | Valor | Valor | Valor |
| Instrumentos | | | | | | |
| Ativo Financeiros | | | | | | |
| Aplicação financeira | 5.409 | Redução CDI | 9% | 5.896 | 5.774 | 5.652 |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (39.151) | Redução CDI | 9% | (42.675) | (41.794) | (40.913) |
| Resultado financeiro projetado | | | | (36.779) | (36.020) | (35.260) |
| Impacto no resultado e no patrimônio líquido | | | | | 759 | 1.518 |

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

| | Exposição 31/12/2024 | Risco | Cenários | | | |
|---|-------------------------|-------------|----------|----------|--------------------------|--------------------------|
| | | | Provável | | Aumento do Índice em 25% | Aumento do Índice em 50% |
| | | | % | Valor | Valor | Valor |
| Instrumentos | | | | | | |
| Ativo Financeiros | | | | | | |
| Aplicação financeira | 5.409 | Aumento CDI | 9% | 5.896 | 6.018 | 6.139 |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (39.151) | Aumento CDI | 9% | (42.675) | (43.555) | (44.436) |
| Resultado financeiro projetado | | | | (36.779) | (37.538) | (38.297) |
| Impacto no resultado e no patrimônio líquido | | | | | (759) | (1.518) |

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante superou o ativo circulante em R\$ 7.416 (em comparação com R\$ 45.463 negativos em 31 de dezembro de 2023), sendo impactado principalmente pelo Adiantamento de Clientes de R\$ 250, pelo Repasse de Clientes no valor de R\$ 5.522. O adiantamento de clientes decorre dos investimentos realizados na obra de

expansão (conforme Nota Explicativa nº 15), onde o cliente Air BP contribuiu com esse valor para a construção das instalações destinadas a suportar a operação de combustível de aviação. A Companhia firmou um contrato de longo prazo para a utilização desses ativos. Já os repasses de clientes referem-se, em grande parte, ao ICMS a pagar, que é apurado e registrado pela Companhia devido às características de sua operação (armazéns gerais). Embora a Companhia seja responsável pela apuração e registro do imposto, essa obrigação é repassada aos clientes.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Adicionalmente, a Companhia conta com um Acordo de Acionistas que visa fortalecer a operação e reduzir o risco operacional e financeiro, garantindo maior estabilidade e segurança no desenvolvimento das atividades.

Risco operacional

O risco operacional diz respeito à possibilidade de perdas financeiras ou danos à imagem de uma empresa devido a falhas nos seus processos internos, sistemas, recursos humanos ou ações de terceiros. Esse risco pode ser originado por diversos fatores, como erros humanos, falhas nos sistemas de TI, fraudes, interrupções nos serviços ou até eventos externos imprevisíveis que afetam a operação da empresa.

As causas do risco operacional são variadas e podem englobar falhas nos processos internos, falta de controle e supervisão adequados, além de uma gestão inadequada de recursos. Além disso, os riscos operacionais estão intimamente ligados ao ambiente regulatório e ao comportamento de parceiros e fornecedores, tornando sua avaliação e gestão um desafio contínuo para as organizações.

Para minimizar os riscos operacionais, a Companhia adota estratégias de controle, como auditorias internas periódicas, a implementação de sistemas de monitoramento, treinamentos para os funcionários e a criação de planos de contingência. Essas ações têm como objetivo reduzir o impacto de falhas potenciais e assegurar a continuidade das operações, mesmo diante de imprevistos.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios.

14 Impostos e contribuições a recolher

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|--------------|--------------|
| COFINS | 448 | 366 |
| PIS | 97 | 79 |
| ISS | 492 | 272 |
| Outros | 28 | 42 |
| Total | 1.066 | 759 |
| IRPJ | - | 559 |
| CSLL | - | 212 |
| Total | - | 771 |
| Total impostos e contribuições a recolher | 1.066 | 1.530 |

15 Adiantamento de Clientes

Veja política contábil na nota explicativa 5 (d) (i)-(iii)

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--------------|-------------------|----------------------|
| Air BP | <u>250</u> | <u>21.732</u> |
| Total | <u>250</u> | <u>21.732</u> |

Em 2024, o cliente AirBP concluiu um investimento de R\$ 21.732, que foi classificado como Investimento em Bens de Terceiros. Como resultado, houve a baixa de ativos no imobilizado da Companhia. No dia 27/12/2024, foi realizado um novo investimento de R\$ 250.000 para expandir a operação do cliente dentro da Companhia.

16 Outras contas a pagar

Veja política contábil na nota explicativa 5 (d) (i) (iii)

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------|---------------------|---------------------|
| Outros fornecedores | <u>1.746</u> | <u>2.334</u> |
| Total | <u>1.746</u> | <u>2.334</u> |

17 Repasse de Clientes

Veja política contábil na nota explicativa 5 (j)

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------------|---------------------|----------------------|
| ICMS (a) | <u>5.522</u> | <u>14.585</u> |
| Total circulante | <u>5.522</u> | <u>14.585</u> |

- (a) No contexto do ICMS, os armazéns gerais mantêm uma postura neutra em termos tributários, sendo considerados meramente como empresas depositárias de mercadorias. Além disso, devido à localização da Companhia no Estado de São Paulo, é necessário observar as disposições do RICMS/SP.

O evento que desencadeia essa rubrica é a operação de depósito das mercadorias dos clientes, e a Companhia atua como sujeito passivo por responsabilidade tributária. Dessa forma, é contabilizada no passivo como responsável pelo recolhimento do imposto devido. Importante notar que a Companhia não assume o papel de contribuinte de ICMS, resultando no reembolso desse recolhimento pelos clientes.

18 Partes relacionadas

A Companhia é formada por meio de uma *Joint Venture* entre as empresas BP e Ultracargo. Em 19 de abril de 2023, foi celebrado o Acordo de Acionistas entre as partes acionárias, o qual tem sido praticado desde a conclusão do processo de compra e venda por parte da Ultracargo nas ações Copersucar.

Assim, os dados a seguir se referem aos períodos correspondentes a cada uma das partes envolvidas.

Terminal de Combustível de Paulínia S.A
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2024

| Ativo circulante | Nota | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|-------------|----------------------|----------------------|
| Contas a receber (a) | 8 | | |
| BP Biofuels Trading Com e Exp (Controladora em conjunto) | | 1.079 | - |
| Ultracargo (Controladora em conjunto) | | <u>1.050</u> | <u>-</u> |
| | | <u>2.129</u> | <u>-</u> |
| Passivo circulante | | | |
| Fornecedor (b) | 11 | | |
| Ultracargo (controladora em conjunto) | | <u>260</u> | <u>-</u> |
| | | <u>260</u> | <u>-</u> |
| Adiantamento de clientes (c) | 15 | | |
| Air BP Brasil LTDA. | | <u>250</u> | <u>21.732</u> |
| | | <u>250</u> | <u>21.732</u> |
| Dividendos a pagar (d) | | | |
| BP Biofuels Trading Com e Exp (Controladora em conjunto) | | 1.307 | 1.376 |
| Ultracargo (Controladora em conjunto) | | <u>747</u> | <u>1.376</u> |
| | | <u>2.054</u> | <u>2.752</u> |
| Valor da transação no exercício | | 2024 | 2023 |
| Venda de serviços (d) | | | |
| BP Biofuels Trading Com e Exp (Controladora em conjunto) | | 9.476 | 12.153 |
| Air BP Brasil LTDA. | | 785 | - |
| BP Comercializadora de Energia Ltda | | 378 | - |
| Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. | | 1 | - |
| Ultracargo Soluções Logísticas S.A. (Controladora em conjunto) | | <u>10.115</u> | <u>-</u> |
| | | <u>20.755</u> | <u>12.153</u> |

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Controladora e as partes relacionadas Ultracargo Soluções Logísticas S.A. e BP Biofuels Trading, Comércio, Importação.

Valores ativos:

(a) Contas a receber decorrente de armazenamento.

Valores passivos:

(b) Contas a pagar decorrente de prestação de serviço por meio de SLA.

- (c) Adiantamentos recebidos para fins de investimento.
- (d) Dividendos a pagar referente a 25% da distribuição do lucro após constituição reserva legal. Os dividendos estão sendo projetados desproporcionalmente, dado, a execução do acordo de acionistas.

Venda de serviços:

- (e) Vendas de serviços decorrentes de contratos de serviços.

19 Patrimônio líquido

Veja política contábil na nota explicativa 5 (e)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 72.641.380,53 (setenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e um mil, trezentos e oitenta e cinquenta e três centavos), dividido em 33.915.815 (trinta e três milhões, novecentas e quinze mil, oitocentas e quinze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 1 (uma) ação preferencial de classe A, também nominativa e sem valor nominal (Ação Preferencial Classe A)."

Abaixo está a representação acionária das ações detidas pelos acionistas na Companhia:

| | BP Biofuels Brazil Investments LTD | Ultracargo Logística S.A. |
|-----------------------|---|--------------------------------------|
| Ações ordinárias | 16.957.907 | 16.957.908 |
| Ações preferenciais | 1 | - |
| Total de ações | 16.957.908 | 16.957.908 |

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 103.226.969,77 (centro e três milhões, duzentos e vinte e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e setenta e sete centavos), mediante a emissão de ações por deliberação do Conselho de Administração, independente de reforma estatutária.

Reserva de lucros

Reserva de capital

A reserva de capital da Companhia é de R\$ 21.792 constituída nos termos do artigo nº 200 da lei 6.404/76, em função da destinação integralização do capital firmado no estatuto da Companhia em 31/10/2019, sem alterações desde então.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia deixou de constituir a reserva legal tendo em vista que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excedem 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva especial

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de março de 2024, foi decidido que os dividendos referentes a 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 2.751.884,84 (dois milhões, setecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e oitenta e quatro centavos), serão destinados à reserva especial, conforme o disposto no art. 202, § 4º, da Lei nº 6.404/76. Essa decisão foi tomada devido à incompatibilidade entre o valor dos dividendos e a situação financeira atual da Companhia. Esses valores deverão ser distribuídos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir, sendo distribuídos de forma proporcional, com 50% (cinquenta por cento) para cada acionista.

Dividendos

O estatuto social da Companhia não determina ou fixa a distribuição de lucros, a Administração propõe o percentual de distribuição após a constituição das reservas determinadas por lei e esta proposta é deliberada e aprovada em conjunto com a aprovação das Demonstrações Financeiras.

Proposta de destinação do resultado do exercício de 2024 e 2023

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 8.214 | 11.008 |
| Reserva legal | - | - |
| Lucro líquido do exercício ajustado | 8.214 | 11.008 |
| Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado | 25% | 25% |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (2.054) | (2.752) |
| Reserva de lucro (a) | (6.160) | (8.256) |

(a) Destinação proposta pela Administração a ser deliberada em Assembleia Geral.

20 Receita de prestação de serviço

Veja política contábil na nota explicativa 5 (a)

Fluxos da receita

A Companhia gera receita principalmente pela prestação de serviços de aluguel, armazenagem e expedição.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|----------------------|----------------------|
| | (12 meses) | (9 meses) |
| Receitas brutas – Prestação de serviço | 70.298 | 56.848 |
| Dedução: | | |
| Impostos sobre serviço | (10.017) | (8.099) |
| | <u>60.281</u> | <u>48.749</u> |

Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas por categoria de serviços.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|----------------------|----------------------|
| | (12 meses) | (9 meses) |
| Desagregação por categoria de serviço | | |
| Armazenagem e expedição | 70.298 | 56.834 |
| Aluguel de Imóveis | - | 13 |
| Total receita de serviços | <u>70.298</u> | <u>56.847</u> |

21 Custo da prestação de serviço

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|-----------------|-----------------|
| | (12 meses) | (9 meses) |
| Custos com gastos gerias | (19.056) | (14.210) |
| Custo com depreciação | (5.104) | (3.941) |
| Custo com pessoal | (5.929) | (3.173) |
| Custo com materiais | (893) | (694) |
| Total Custo da Prestação de Serviço | (30.982) | (22.018) |

22 Despesas administrativa

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------------------------|-----------------|----------------|
| | (12 meses) | (9 meses) |
| Salários e outras remunerações | (7.443) | (4.046) |
| Gastos com serviços de terceiros | (5.201) | (2.624) |
| Depreciação e amortização | (194) | (149) |
| Total Despesas administrativas | (12.838) | (6.819) |

23 Outras despesas/receitas

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------|------------|------------|
| | (12 meses) | (9 meses) |
| Outras receitas | 725 | 196 |
| Outras despesas | (47) | - |
| | 678 | 196 |

24 Resultado financeiro líquido

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|----------------|----------------|
| | (12 meses) | (9 meses) |
| Juros ativos | 884 | 927 |
| Receitas financeiras | 884 | 927 |
| Juros passivos | (5.334) | (4.472) |
| Encargos e multas | - | (8) |
| Despesas financeiras | (5.334) | (4.480) |
| Total do resultado financeiro líquido | (4.450) | (3.553) |

25 Provisão para contingências

A Companhia baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia a probabilidade de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, ambientais, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos. A Companhia considera não existir riscos efetivos de provisão em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 695 em 2024 (R\$ - em 2023), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e não requerem sua contabilização. Os processos possuem substancialmente natureza trabalhista para os quais a Companhia é réu subsidiária junto a terceiros prestadores de serviços.

26 Compromisso com contratos

A Companhia possui um contrato de comodato firmado com a acionista Ultracargo, relacionado ao local do projeto de conexão ferroviária. O contrato foi aprovado em 20 de março de 2024.

Em 17 de setembro de 2024, foi aprovada a servidão à Prefeitura Municipal de Paulínia, referente a uma área de 5.195,853 m², com o objetivo de implantar a infraestrutura da Avenida Paris. Após a realização dessa servidão todos os custos pertinentes a essa área são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Paulínia.

* * *

Eduardo Nagamatsu Higa
Diretor Adm. Financeiro

Tiago Coelho Nunes
Diretor de Operações

Vanessa Silva Alves CRC
1SP 342948/O-9
Contadora